

Brasília, 29 de outubro de 2026.

AVALIAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL, DA CONJUNTURA POLÍTICA E DOS DESAFIOS DA FASUBRA SINDICAL

O processo eleitoral e a força da mobilização popular

O processo eleitoral revelou a profundidade da disputa política em curso no Brasil e a importância da mobilização popular em da democracia, da soberania, dos direitos sociais, dos serviços públicos e dos interesses da classe trabalhadora. Para a FASUBRA Sindical, essa experiência deixa importantes ensinamentos sobre a correlação de forças, os desafios da esquerda e a necessidade de fortalecer a organização e a participação política em todos os espaços.

Seguindo a orientação da FASUBRA Sindical, os trabalhadores técnico-administrativos em educação foram às ruas e ocuparam as redes sociais na luta contra os retrocessos e o avanço da extrema direita. Em unidade com estudantes, docentes e demais setores da classe trabalhadora, nossa categoria contribuiu para a mobilização em defesa da democracia e dos direitos sociais, reafirmando que a organização popular e a independência de classe são fundamentais para enfrentar o avanço conservador.

A disputa eleitoral evidenciou, entretanto, a capacidade de mobilização da esquerda e os desafios para enfrentar uma extrema direita que mantém forte presença institucional e social. Os partidos progressistas compreenderam a centralidade da candidatura de Lula para impedir o avanço do projeto bolsonarista e defender um projeto de país comprometido com a democracia, a soberania, as políticas sociais, os serviços públicos e os direitos dos trabalhadores.

No campo adversário, a imposição de Flávio Bolsonaro pelo bolsonarismo provocou disputas e resistências entre diferentes setores da direita, que não aceitaram imediatamente sua candidatura. Apesar das divergências iniciais, essas forças convergiram posteriormente em torno do enfrentamento ao projeto representado por Lula, demonstrando que setores distintos da direita são capazes de superar diferenças quando compartilham interesses políticos comuns. No primeiro turno, a campanha da esquerda mostrou dificuldades para mobilizar sua base social e comunicar de maneira mais contundente as realizações do governo. Ao mesmo tempo, a oposição desenvolveu uma intensa ofensiva de desinformação, com fake news e ataques permanentes ao governo Lula.

O resultado foi um alerta para o campo democrático e popular. A dianteira de Flávio Bolsonaro, somada à expressiva presença da extrema direita na Câmara dos Deputados, no Senado e nos governos estaduais, evidenciou a força institucional do conservadorismo e a dimensão dos desafios que a esquerda precisa enfrentar.

Esse cenário demonstra que a disputa política, ideológica e cultural ultrapassa os períodos eleitorais. A defesa da democracia, da soberania, e dos direitos da classe trabalhadora exige atuação permanente junto à sociedade, organização nos locais de trabalho e nos territórios com capacidade de enfrentar as iniciativas que buscam enfraquecer o Estado, restringir direitos e aprofundar as desigualdades sociais.

A reação popular, a juventude e a disputa nas ruas e nas redes

A resposta ao resultado do primeiro turno começou já no dia seguinte, impulsionada especialmente pela juventude, que convocou a sociedade à reagir e à mobilizar em defesa da democracia e da soberania. Multiplicaram-se as manifestações, os atos públicos, as iniciativas de conscientização e as ações de diálogo direto com a população.

Paralelamente, fortaleceu-se uma ampla articulação nas redes sociais, envolvendo lideranças juvenis, militantes, influenciadores e diferentes setores do campo democrático e popular. Nesse processo, destacou-se a articulação do Canal Exército do Lula, que alcançou a expressiva marca de 10,8 milhões de participantes, constituindo uma importante experiência de mobilização digital e engajamento político.

A experiência demonstrou que a disputa eleitoral não se resolve apenas com a atuação partidária tradicional. É necessário combinar a presença nas ruas, a comunicação digital, a organização dos territórios e as conversas olho no olho, capazes de esclarecer dúvidas, enfrentar mentiras e reconstruir vínculos com parcelas da população.

A mobilização articulada nesses diferentes espaços contribuiu para ampliar o alcance da campanha, recuperar a iniciativa política e fortalecer a participação popular na reta final da eleição. A virada eleitoral, com a ampliação da votação de Lula em relação ao primeiro turno, demonstrou que a capacidade de dialogar com a sociedade, mobilizar apoiadores e disputar a opinião pública pode alterar significativamente a correlação de forças.

O dia da votação também evidenciou a importância da participação popular, com destaque para o envolvimento da juventude e para a presença expressiva das pessoas com mais de 70 anos nas urnas. Ao mesmo tempo, foram registradas denúncias de dificuldades relacionadas à oferta de transporte público em diferentes cidades do país, além do cancelamento de voos nacionais

que teriam prejudicado o deslocamento de eleitores e eleitoras.

O episódio reforça a necessidade de garantir condições efetivas para que todos possam exercer seu direito ao voto, sem obstáculos econômicos, territoriais ou logísticos. Da mesma forma, a contestação do resultado eleitoral sem provas concretas representa um risco para a confiança nas instituições democráticas e para o reconhecimento da vontade popular.

A democracia pressupõe o direito à disputa, à crítica e à oposição, mas exige também o respeito às regras eleitorais e aos resultados legitimamente apurados. Não é aceitável transformar divergências políticas em pretexto para desacreditar as instituições ou colocar em dúvida a soberania popular sem evidências concretas.

Para a FASUBRA, uma das principais lições dessa experiência é que a comunicação precisa ser tratada como dimensão estratégica da organização sindical. Não podemos deixar a circulação de informações e a disputa de narrativas sob o domínio da extrema direita. É urgente aprimorar nossas ferramentas de comunicação, investir no letramento digital do movimento sindical, ampliar a formação política e fortalecer a presença nas redes sociais, sem abandonar o trabalho de base e o diálogo direto com a população.

A juventude demonstrou capacidade de mobilização, criatividade e articulação digital. Cabe às organizações sindicais e políticas ampliar sua participação, criar espaços reais de decisão para jovens trabalhadores e estudantes e renovar as formas de organização e luta. A experiência eleitoral precisa servir não apenas como referência para futuras disputas, mas como aprendizado para fortalecer a organização coletiva no cotidiano.

É necessário fortalecer o trabalho de base, ampliar a participação da categoria nas decisões, investir na formação política e aprimorar as ferramentas de comunicação. A comunicação sindical deve estar vinculada à realidade dos trabalhadores, utilizar linguagem acessível, combater a desinformação e contribuir para a construção de consciência crítica e organização coletiva.

O letramento digital e o uso estratégico das redes sociais são fundamentais para disputar narrativas e ampliar o alcance das mobilizações. Entretanto, a presença digital não substitui a organização presencial. É preciso combinar as novas ferramentas de comunicação com assembleias, reuniões, visitas aos locais de trabalho, diálogo com os estudantes e articulação com os movimentos sociais e populares.

Governo eleito: cobrança, cumprimento dos acordos, defesa dos serviços públicos e a independência de classe

Encerrado o processo eleitoral, é dever da nossa categoria voltar os olhares para a realidade concreta e para os desafios que permanecem. A derrota eleitoral do projeto da extrema direita não significa o desaparecimento de sua força política, social e institucional. Pelo contrário, sua expressiva presença nos espaços legislativos e nos governos estaduais demonstra que a disputa continuará presente no cotidiano da sociedade brasileira.

A manutenção da mobilização exige analisar não apenas o avanço conservador no Congresso Nacional, mas também a urgência de organizar a resistência do campo popular. As composições realizadas no âmbito institucional e as conciliações governamentais não podem servir de pretexto para o apassivamento das nossas lutas. Cabe à categoria preservar sua autonomia, sua independência de classe e sua combatividade na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores.

Nossa atuação no processo eleitoral esteve pautada pela necessidade de derrotar a extrema direita e seu projeto de destruição do Estado, que ameaçava diretamente o Sistema Único de Saúde (SUS), o financiamento da educação, as universidades públicas, os direitos dos aposentados e os benefícios sociais destinados à população.

Entretanto, não aceitaremos que a lógica do ajuste fiscal, dos cortes no orçamento ou das restrições aos gastos públicos seja utilizada para atender prioritariamente aos interesses do mercado financeiro em detrimento das demandas da classe trabalhadora

A defesa das universidades públicas, dos institutos federais e das demais instituições de ensino exige orçamento adequado, valorização dos servidores, condições dignas de trabalho e políticas públicas capazes de garantir o acesso e a qualidade da educação. A valorização dos trabalhadores da educação não é uma pauta corporativa isolada: é parte essencial da defesa dos serviços públicos e dos direitos da população.

Nossa pauta histórica permanece atual e exige continuidade da luta. Entre as reivindicações estão o reenquadramento dos aposentados, o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os aposentados, a racionalização dos cargos e o atendimento das demais demandas relacionadas à carreira, aos salários e às condições de trabalho.

A FASUBRA esteve na luta pela reeleição do atual governo, mas continuará atenta ao cumprimento de suas pautas históricas e atuais. Nosso compromisso fundamental é com os trabalhadores que representamos, com a defesa da educação pública e com a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Conclusão: transformar a mobilização eleitoral em força social permanente

O processo eleitoral deixou uma lição fundamental: a participação popular, quando articulada à organização política, à comunicação e ao diálogo direto com a sociedade, pode modificar a correlação de forças e impedir avanços de projetos contrários aos interesses da classe trabalhadora.

A vitória eleitoral de Lula representou um resultado importante para o campo democrático e popular, mas não eliminou a força da extrema direita nem resolveu os problemas estruturais da democracia brasileira. A presença conservadora nas instituições, as disputas ideológicas e as contradições sociais continuam impondo desafios que exigem organização, formação política e capacidade permanente de mobilização.

Para a FASUBRA Sindical, a principal tarefa é transformar os aprendizados dessa experiência em ação sindical cotidiana. Isso significa fortalecer as entidades de base, ampliar a participação da categoria, investir na formação política, aprimorar a comunicação, construir alianças com os movimentos sociais, estudantis e populares e preservar a independência de classe diante de qualquer governo.

A defesa da democracia e dos direitos sociais não se contrapõe à autonomia sindical. Pelo contrário, a capacidade de mobilização independente é o que permite à categoria defender os serviços públicos, cobrar o cumprimento dos acordos, enfrentar políticas de ajuste fiscal e lutar pela valorização dos trabalhadores da educação.

A FASUBRA Sindical permanecerá vigilante e mobilizada na defesa de nossa categoria. A história do movimento dos técnico-administrativos em educação demonstra que os direitos não são concedidos espontaneamente: são conquistados e preservados por meio da organização coletiva, da negociação sustentada pela mobilização e da disposição de lutar.

O desafio do próximo período é fazer com que a força demonstrada nas ruas e nas redes se converta em consciência política, organização de base e capacidade permanente de enfrentamento. A mobilização eleitoral deve ser um ponto de partida para ampliar nossa atuação, e não o encerramento de um ciclo de participação.

Não abriremos mão da defesa dos nossos direitos, da independência de classe, do cumprimento dos acordos firmados, da valorização da carreira e do fortalecimento da educação pública. Se existe uma categoria que conhece a importância da greve e da mobilização para defender suas conquistas, é a dos técnico-administrativos em educação.

FASUBRA, SINAFESE E ANDES-SN: MOBILIZAÇÃO GARANTE APROVAÇÃO DA INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO NO ADICIONAL DE FRONTEIRA

A mobilização das entidades sindicais da educação federal conquistou um passo fundamental na luta pela valorização dos servidores públicos. Na noite de 27 de outubro, a Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória nº 1.375/2026, na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 12/2026. No dia seguinte, 28 de outubro, o Senado Federal também aprovou a proposta, que agora segue para sanção presidencial. A aprovação ocorreu justamente no Dia do Servidor Público.

Mobilização e pressão parlamentar

No dia 27 de outubro, a FASUBRA Sindical, o SINASEFE e o ANDES-SN realizaram visitas a parlamentares e às lideranças partidárias para solicitar apoio à aprovação do PLV nº 12/2026, conforme o relatório aprovado pela Comissão Mista do Congresso Nacional.

A reivindicação central das entidades foi garantir a inclusão efetiva dos docentes e dos técnico-administrativos em educação das Instituições Federais de Ensino no alcance da Medida Provisória nº 1.375/2026.

Para isso, foi defendida a supressão de parte do § 5º do art. 1º da Lei nº 12.855/2013, especificamente do trecho que restringe o enquadramento a servidores que atuem regularmente em atividades vinculadas à prevenção, ao controle, à fiscalização ou à repressão de delitos transfronteiriços, ou, alternativamente, a inclusão expressa da educação no texto legal.

A mobilização foi intensa. As atividades na Câmara dos Deputados avançaram até a noite, com a atuação das entidades junto aos parlamentares e a solicitação de empenho das bancadas da Câmara e do Senado para garantir a aprovação da matéria dentro do prazo de validade da medida provisória, em 30 de outubro.

O esforço foi bem-sucedido: a Câmara aprovou o texto na noite do dia 27, e o Senado concluiu a votação no dia 28, encaminhando o projeto à sanção presidencial.

O que muda com a aprovação?

O PLV nº 12/2026 amplia as carreiras contempladas pela indenização por exercício em localidades estratégicas, tradicionalmente conhecida como adicional de fronteira, e inclui expressamente os professores e os técnico-administrativos das instituições federais de ensino entre os possíveis beneficiários.

O texto também amplia as localidades elegíveis, incluindo municípios da Amazônia Legal que

estejam fora da faixa tradicional de fronteira, desde que atendam aos critérios legais.

Além disso, a proposta eleva o valor da indenização de R\$ 91 para R\$ 191 por dia de efetivo trabalho, com efeitos financeiros previstos a partir de 1º de janeiro de 2027, permitindo correções periódicas pelo Poder Executivo.

Como docentes e técnico-administrativos poderão acessar o benefício?

A aprovação do PLV representa uma conquista importante, mas é necessário esclarecer que a inclusão das categorias na lei não significa pagamento automático a todos os servidores das instituições federais de ensino.

Caso o projeto seja sancionado integralmente, o acesso ao benefício dependerá dos seguintes critérios:

1. Trabalhar em uma localidade oficialmente reconhecida como estratégica. Caberá ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) definir as localidades contempladas, conforme os critérios legais e a regulamentação aplicável.
2. Estar em exercício na localidade elegível. Uma vez reconhecida a localidade, o texto aprovado prevê o pagamento aos servidores das carreiras contempladas que ali trabalhem, sem exigir comprovação individual de atuação direta em campo no combate a delitos transfronteiriços.
3. Observar as regras de implementação e pagamento. A aplicação da lei dependerá dos procedimentos administrativos necessários, incluindo a definição das localidades beneficiadas e as orientações dos órgãos responsáveis pela gestão de pessoas.

Assim, a inclusão da educação no texto legal elimina uma importante barreira de enquadramento das categorias, mas o direito concreto ao pagamento dependerá também do local de exercício e do atendimento às condições previstas na lei.

O valor de R\$ 191 por dia está previsto para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2027. Portanto, não se trata de um reajuste salarial geral nem de uma parcela automaticamente incorporada à remuneração de todos os servidores.

A luta continua: da aprovação à implementação

A aprovação no Congresso é resultado da mobilização e da pressão política das entidades sindicais, que atuaram para impedir que docentes e técnico-administrativos em educação ficassem de fora de uma medida voltada à valorização dos servidores públicos.

A FASUBRA, o SINASEFE e o ANDES-SN seguirão acompanhando os desdobramentos da proposta, agora em fase de sanção presidencial, e cobrando as providências necessárias para que a inclusão da educação produza efeitos concretos.

É fundamental que o MGI estabeleça critérios transparentes para a definição das localidades estratégicas e que os órgãos responsáveis orientem suas unidades de gestão de pessoas sobre a aplicação da futura lei.

A aprovação é uma vitória importante, mas nosso compromisso é garantir que o direito reconhecido na legislação se transforme em benefício efetivo para os trabalhadores e trabalhadoras da educação federal.

Seguiremos mobilizados em defesa da valorização dos servidores públicos, do reconhecimento das condições de trabalho e da garantia de direitos para toda a categoria.

PAINEL EM DEFESA DO SINDICALISMO CLASSISTA

Na noite do dia 27 de outubro aconteceu no Auditório Marielle Franco, na sede do ANDES-SN, com transmissão ao vivo no Youtube o “Painel em Defesa do Sindicalismo Classista”, programação construída pelas três entidades da educação superior, FASUBRA, ANDES e SINSEFE.

O painel começou com o informe do ANDES-SN que apresentou vitória na justiça contra a carta sindical do PROIFES, no painel foi iniciado o tema sobre a importância de um sindicato que seja classista que entenda a importância da luta de classes com a Caroline Lima, foi tocado em toda a luta e inclusive foi citado que várias vezes o PROIFES assinou com o governo prejudicando a categoria docente e inclusive na greve de 2026 dos Técnicos realizada na ASSUFRGS recebeu uma nota de repúdio pela associação docente filiada ao PROIFES fala do integrante do ANDES André Martins.

O Francisco Freitas e a Grazielle Felício do SINASEFE trouxeram elementos sobre a importância de um sindicato combativo reforçou a importante vitória contra o PROIFES, falou do importante momento que viemos ao lado de trabalhadores e estudantes para a manutenção da democracia ao dá vitória ao candidato Lula, foi apresentado que ao longo dos anos o grau de sindicalização vinha caindo e estabilizou nos anos de 2025 e 2026 graças as últimas conquista das greves e negociação com o governo.

Finalizou com a fala de Wagner Vieira representante da FASUBRA que falou do importante momento e da importância do trabalho de base, do combate a burocracia nos sindicatos e do peleguismo e dos sindicatos patronais que defendem mais o patrão que os trabalhadores, que os sindicatos classistas devem por obrigação defender a classe trabalhadoras no caso das universidades não só efetivos mas também terceirizados, falou da questão do

empreendedorismo onde as pessoas vendem sua força de trabalho, mas se não se reconhece como trabalhadores além dos entregadores de aplicativos e a Uberização, finalizou falando da importância de se filiar e fortalecer a luta dos sindicatos de base, nacionais e federações.

PLENÁRIA NACIONAL

A FASUBRA Sindical realizará, nos dias 28 e 29 de novembro, em Brasília (DF), Plenária Nacional que reunirá delegados e delegadas representantes das entidades de base de todo o país. O encontro tem como objetivo central debater a conjuntura política nacional, com foco na anulação do processo político eleitoral e para dar encaminhamento ao processo de construção do nosso CONFASUBRA 2027. A Plenária deve analisar os cenários político, econômico e social que impactam diretamente os servidores públicos e as Instituições Federais de Ensino (IFE).

CALENDÁRIO	
NOVEMBRO	
9	Reunião com a Diretoria Executiva do HU Brasil
16 a 20	XIII Fórum Nacional da CIS – Rio de Janeiro
26 e 27	Reunião com a Direção Nacional
28 e 29	Plenária Nacional da FASUBRA
DEZEMBRO	
30/11 a 04 /12	XXXII Seminário Nacional de Segurança das IPE e EBTT